

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A 4 de outubro de 2022, o PSD submeteu o Requerimento 58-AC/XV/1 dirigido ao Ministério do Ambiente e Ação Climática sobre “Balanço dos investimentos na política de proteção do litoral”, solicitando um conjunto de elementos relevantes para o escrutínio da ação política neste domínio setorial.

Passaram três meses sem que tenha chegado uma resposta sobre esta matéria, pelo que o presente requerimento pretende solicitar que o governo cumpra as suas obrigações constitucionais e regimentais.

O PSD quer ainda dar nota de que este pedido de informação não deve ter natureza confidencial, devendo ser disponibilizado em conformidade no portal da Assembleia da República, onde atualmente não está acessível publicamente.

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetallePerguntaRequerimento.aspx?BID=123458>

A política de proteção do litoral face à erosão costeira requer investimentos continuados num contexto em que se intensificam os fenómenos climáticos extremos. Portugal dispõem de planos, programas e financiamentos que têm contribuído para operacionalização de diversas medidas.

Importa fazer um balanço dos investimentos realizados ao longo último ciclo de programação ao abrigo do Portugal 2020 / Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (2014-2022) em alinhamento com as prioridades de política setorial sob responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente, ainda que em articulação com outras entidades executantes (Polis Litoral, ICNF, autarquias).

O Plano de Ação Litoral XXI e os Programas da Orla Costeira (POC) aprovados ou em aprovação, inscrevem várias prioridades beneficiárias de financiamento.

Aproximando-se o início do novo ciclo de programação - Portugal 2030 – há que analisar o que foi financiado até agora, perceber se foi dado cumprimento ao que estava previsto, identificar o que tem corrido melhor ou pior ao nível da proteção do litoral, retirar lições que permitam corrigir dificuldades.

Há a salientar que numa lógica de acesso à informação, a página institucional da Agência Portuguesa do Ambiente remete o litoral para o interior da seção “água”, secundarizando o tema, havendo uma perspetiva pouco sistematizada sobre o que tem sido feito neste domínio. Apesar de existir uma seção designada “Ações implementadas no âmbito dos POOC” não existem elementos específicos no seu interior, ficando-se por generalidades.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm, através de Vossa Excelência, requerer ao Ministério do Ambiente e Ação Climática os seguintes elementos informativos:

1. Listagem dos projetos materiais e intervenções realizadas em proteção do litoral, por ano, de 2014 a 2022, incluindo descritivos como área geográfica de intervenção, tipologia de projeto (ex. recuperação de cordão dunar, defesa aderente, alimentação artificial, estabilização de arribas, etc.), investimento total e cofinanciamento (UE), indicadores de resultado.
2. Listagem dos projetos imateriais, incluindo estudos, planos, sistemas de informação e campanhas de comunicação, por ano, de 2014 a 2022, incluindo descritivos sintéticos.
3. Análise da execução realizada até ao momento face ao previsto no âmbito de cada Programa da Orla Costeira (POC) aprovado – Norte, Centro, Tejo e Oeste.
4. Data prevista para a conclusão dos POC em elaboração – Alentejo e Algarve (Odeceixe – Vilamoura e Vilamoura - Vila Real de Santo António).
5. Listagem dos projetos e investimentos previstos para 2023 no âmbito da proteção do litoral.
6. O Plano de Ação Litoral XXI foi publicado em outubro de 2017. Está prevista a sua revisão? Em que horizonte temporal?
7. O Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental - COSMO consiste na recolha, processamento e análise de informação sobre a evolução das praias, dunas, fundos submarinos próximos e arribas ao longo da faixa costeira de Portugal Continental. Quando se prevê a integração de informação no Portal referente às intervenções de proteção costeira?
8. Responsáveis do governo e da APA têm referido a importância de novas tipologias de intervenção, nomeadamente ao nível da gestão da dinâmica sedimentar e do recuo planeado. Qual o ponto de situação dos projetos que existem a este nível? Quais os investimentos realizados e os investimentos previstos?

Palácio de São Bento, 11 de janeiro de 2023

Deputado(a)s

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

ALEXANDRE SIMÕES(PSD)

Deputado(a)s

CARLOS CAÇÃO(PSD)

JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)

JOÃO MARQUES(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

ANTÓNIO PRÔA(PSD)

ANTÓNIO TOPA GOMES(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)

CLÁUDIA BENTO(PSD)

PATRÍCIA DANTAS(PSD)

JOÃO MOURA(PSD)

PAULO RAMALHO(PSD)